

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Sala de Comissões, 18 de junho de 2025.

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 45/2025 AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARECER Nº 34/2025

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 45/2025, encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, propõe alterações e acréscimos à Lei Orgânica Municipal, com o objetivo de adequar as regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) às disposições da Emenda Constitucional nº 103/2019.

A proposta visa instituir novas normas sobre critérios de idade mínima para aposentadoria, regras de transição, contribuições previdenciárias e outros dispositivos que regulam benefícios dos servidores públicos municipais, tudo com o intuito de promover o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário local.

II - ANÁLISE JURÍDICA E CONSTITUCIONAL:

Competência e Iniciativa legislativa

O art. 40 da **Constituição Federal** delega aos entes federativos competência para instituir seus próprios regimes previdenciários. Assim, é legítima a iniciativa do **Poder Executivo Municipal** em propor emenda à Lei Orgânica para adequação do RPPS às normas constitucionais, conforme também previsto na **Lei Orgânica do Município**.

Conformidade com a EC nº 103/2019

O projeto está em consonância com a Emenda Constitucional n^{ϱ} 103/2019, especialmente quanto:

- às novas idades mínimas para aposentadoria (arts. 192-A e 192-C);
- à previsão de regras de transição (arts. 192-G e 192-H);
- à instituição de contribuição de aposentados acima de 1 salário mínimo (art. 192-]);
- à previsão de aposentadorias especiais (arts. 192-D e 192-I) e para pessoas com deficiência (art. 192-F);
- à possibilidade de regulamentação por Lei Complementar conforme exigido.

Aspectos Formais

A proposta atende aos critérios de **técnica legislativa e clareza**, com texto articulado, justificado e sistematizado em capítulos, seções e artigos numerados.

Destaca-se que, por se tratar de **Emenda à Lei Orgânica**, deverá seguir o **rito especial previsto no Regimento Interno**, com:



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

- aprovação em dois turnos de votação;
- interstício mínimo entre votações;
- quórum de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, conforme o padrão para alterações constitucionais locais.

Legalidade e Constitucionalidade

O conteúdo do projeto respeita os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e equilíbrio atuarial**, conforme previstos na **Constituição Federal (arts. 37, 40 e 149)** e na **Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)**. Não há ofensa a direitos adquiridos, pois o projeto assegura **regras de transição** e preserva a segurança jurídica.

III - CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a **Comissão Permanente de Justiça e Redação** conclui que o Projeto de Lei nº **45/2025** observa os preceitos constitucionais e legais, atende aos requisitos formais exigidos para Emenda à Lei Orgânica e está apto a **tramitar regularmente** nesta Casa Legislativa, **devendo ser submetido ao rito especial previsto para alteração da Lei Maior do Município**, tendo os votos individuais de seus membros devidamente registrados, assegurando a transparência e a legalidade da tramitação da matéria, e encerrando assim, sua apreciação quanto ao mérito formal e constitucional da proposição.

() Favorável () Contrário () Abstenção
Oziel da Silva Gomes
Presidente
A. C.
Favorável () Contrário () Abstenção
Sidiney de Souza Peretra
Secretário
() Favorável () Contrário () Abstenção
Natan Carvalho de Melo
Membro